

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 95.426.862/0001-97

NIRE 43.300.006.417

Companhia Aberta

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA
EM 6 DE ABRIL DE 2020.**

Senhores Acionistas,

A **Excelsior Alimentos S.A.** ("Excelsior ou Companhia") vem, por meio desta, submeter à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 6 de abril de 2020, às 10h00, em sua sede social, a Proposta da Administração a seguir descrita.

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Propomos que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgadas em 18 de fevereiro de 2020, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), através do Sistema de Envio de Informações Periódicas e Eventuais (IPE) e conforme publicadas no "Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul" e no "Jornal Gazeta do Sul" em 19 de fevereiro de 2020 ("Demonstrações Financeiras").

Destacamos, adicionalmente, que nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM nº 481/09"), conforme alterada, as informações dispostas no **Anexo I** à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

2. Destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e distribuir dividendos.

Propomos que o lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tenha a destinação que lhe foi indicada nas Demonstrações Financeiras, conforme detalhado no **Anexo II** da Proposta, elaborado conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

3. Instalar Conselho Fiscal em caráter não permanente

Tendo em vista que o funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia se encerra na Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada no dia 6 de abril de 2020, conforme disposto no §5º do artigo 161 da Lei das S.A., propomos nova instalação do Conselho Fiscal, com funcionamento até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

4. Definir o número de assentos no Conselho de Administração e para o próximo mandato e eleição dos membros do Conselho de Administração.

A atual Administração propõe que o Conselho de Administração, em caso de eleição pelo voto majoritário ou mediante a adoção do procedimento de voto múltiplo, seja composto por 3 (três) membros, todos com prazo de mandato de 1 (um) ano, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A acionista controladora da Companhia, Seara Alimentos Ltda., informou à Administração da Companhia que indicará os seguintes senhores para compor o Conselho de Administração:

(i) Gilberto Tomazoni, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 760.187 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 341.840.159-72, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial no mesmo município, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, CEP 05118-100; **(ii) Joanita Maria Maestri Karoleski**, brasileira, casada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 602352 SSP-SC, inscrita no CPF/MF sob o nº 37613430944, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial no mesmo município, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP: 05118-100; e **(iii) Ivo José Dreher**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 982.797-8 SSP/SC, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 418.821.309-44, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da ICVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no **Anexo III** da Proposta. A administração da Companhia declara, ainda, nos termos do Artigo 3º da

Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, que obteve os candidatos informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento exigida pelo Artigo 147 da Lei 6.404/1976.

5. Definir o número de assentos no Conselho Fiscal para o próximo mandato e eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes.

A atual Administração propõe que o Conselho Fiscal, em caso de eleição pelo voto majoritário, seja composto por 3 (três) membros, todos com prazo de mandato que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia votarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Consoante previsto no § 4.º do artigo 161 da Lei das S.A., os acionistas minoritários terão o direito a eleger e destituir em separado 1 (um) membro e respectivo suplente do conselho fiscal, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito de voto.

A acionista controladora da Companhia, Seara Alimentos Ltda., informou à Administração da Companhia que indicará os seguintes senhores para compor o Conselho Fiscal:

(i) Demetrius Nichele Macei, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.526.517 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 787.870.509-78 e residente e domiciliado na Rua Candido Lopes, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná na Rua Cândido Lopes, nº 128, 4º e 5º andares, CEP 80020-060, tendo como suplente **Marcos Godoy Brogiato**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.469.921-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 949.583.438-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Isette Caiubi Ariane, 54, CEP 02914-100; e **(ii) Adrian Lima da Hora**, brasileiro, casado, técnico em contabilidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.840.864 SDS-PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 372.365.394-49, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedro Gomes Cardim, 128, apto. 12, CEP 05617-901, tendo como suplente **Eduardo Santos Silva**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.714.715 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.252.149-23 e residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Dr. Rubens Meireles, nº 442, ap 172.

Esclarecemos que, nos termos do artigo 10 da ICVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia acima indicados encontram-se detalhadas no **Anexo III** da

Proposta. A administração da Companhia declara, ainda, nos termos do Artigo 3º da Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, que obteve os candidatos informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento exigida pelo Artigo 147 da Lei 6.404/1976.

6. Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

Propomos que a remuneração máxima global anual seja fixada no montante de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal.

As informações sobre a remuneração dos administradores exigidas pelo item 13 do Formulário de Referência previsto pela ICVM 480/09 constam do **Anexo IV** à presente.

A proposta acima, constante do edital de convocação das Assembleias Geral Ordinária, será submetida aos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 6 de abril de 2020, às 10h00, na sede da Companhia, localizada no município de Santa Cruz do Sul, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Barão do Arroio Grande, nº 192, Bairro Arroio Grande, CEP 96830-504.

Santa Cruz do Sul, 5 de março de 2020.

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.

p. Gilberto Tomazoni

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO I

OPINIÃO DOS DIRETORES

Data-Base: 31.12.2019

(Conforme item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

10.1 Opinião dos Diretores sobre: (valores expressos em milhares R\$)

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019, tinha uma disponibilidade de caixa de R\$ 35.377, um patrimônio líquido de R\$ 71.747 e um ativo circulante de R\$ 66.841, empréstimos e financiamentos na importância de R\$ 16

b. estrutura de capital:

i. hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pelo demonstrado no item “a” supra, entendemos que a empresa tem plena capacidade de atender todos os seus compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A empresa tem a geração de caixa como fonte de financiamento para capital de giro e quando necessário, complementa com linhas de crédito junto a instituições financeiras. Para investimentos não circulantes, opta por linhas de crédito de longo prazo.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Não se aplica.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Moeda Nacional	Finalidade	Circulante	Circulante	Circulante
Finame - Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Aquisição de máquinas e equipamentos	16	191	192
Total		16	191	192

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
Não se aplica
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**
Não se aplica
- g. **limites de utilização dos financiamentos já contratados**
Não se aplica
- h. **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Receita de Vendas

A Excelsior, no exercício de 2019, obteve uma receita líquida de R\$ 180.154 ante uma receita líquida de R\$ 173.867 em 2018, portanto, um aumento no faturamento de suas vendas de 7%.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos consiste principalmente em gastos na aquisição de matéria-prima. A Companhia geralmente compra esta matéria-prima no mercado. Além destas compras, o custo dos produtos vendidos também considera outros custos de produção (incluindo embalagens e insumos) e mão de obra.

No exercício de 2019 somou a importância de R\$ 134.628, enquanto que em 2018 foi de R\$ 128.361.

Lucro Bruto

O lucro bruto, em percentual, no exercício de 2019, houve variação maior de 0,04% em relação ao exercício anterior.

Despesas de vendas

As despesas de vendas no exercício de 2019 foram de R\$ 26.325. Por se tratar de uma despesa variável, atrelada em percentual aos valores de venda, no exercício de 2018 foram de R\$ 26.432.

Despesas administrativas

Nas despesas administrativas, no exercício de 2019 foram de R\$ 3.273, enquanto que em 2018 foi de R\$ 4.531.

Resultado financeiro líquido

Incluem receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, tributo incidente sobre movimentação financeira, variação cambial em importações de máquinas e equipamentos.

As receitas financeiras somaram no exercício de 2019 a importância de R\$ 2.799, enquanto que em 2018 somaram R\$ 842. No mesmo período as despesas financeiras, somaram respectivamente R\$ 1.445 e R\$ 622.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Impostos correntes

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre diferenças

temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizável, menos a eventual perda do seu valor recuperável. Ou seja, na prática, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor recuperável.

Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Os itens do ativo imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados quando da elaboração balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício, no exercício de 2019 foi de R\$ 26.858, enquanto que no exercício de 2018, o lucro líquido foi de R\$ 10.051.

Excelsior Alimentos S.A.
Demonstração do resultado
(Em milhares de reais)

	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	180.154	173.867
Custo dos produtos vendidos	(134.628)	(128.361)
LUCRO BRUTO	45.526	45.506
Administrativas e gerais	(3.273)	(4.531)
Com vendas	(26.325)	(26.432)
Outras receitas (despesas)	57	80
DESPESAS OPERACIONAIS	(29.541)	(30.883)
LUCRO OPERACIONAL	15.985	14.623
Receita financeira	2.799	842
Despesa financeira	(1.445)	(622)
	1.354	220
LUCRO ANTES DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.339	14.843
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8)	(5.207)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.527	415
	9.519	(4.792)
LUCRO LÍQUIDO	26.858	10.051

Excelsior Alimentos S.A.
Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.19</u>	<u>31.12.18</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	35.377	24.300
Contas a receber de clientes	20.783	20.476
Estoques	9.828	9.622
Impostos a recuperar	828	630
Outros ativos circulantes	25	116
TOTAL DO CIRCULANTE	66.841	55.144
NÃO CIRCULANTE		
Impostos a recuperar	826	529
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.274	1.747
Imobilizado	40.628	30.324
Direito de uso de arrendamento mercantil	256	-
Intangível	38	54
Depósitos e cauções	1.212	1.784
Outros ativos não circulantes	29	29
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	54.263	34.467
TOTAL DO ATIVO	121.104	89.611

Excelsior Alimentos S.A.
Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)

	31.12.19	31.12.18
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	25.868	19.236
Empréstimos e financiamentos	16	191
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	271
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	10.402	9.288
Dividendos declarados	6.914	4.464
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	253	-
Outros passivos circulantes	2.343	2.395
TOTAL DO CIRCULANTE	45.796	35.845
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	-	16
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	2.970	3.084
Provisão a pagar de arrendamento mercantil	13	-
Provisão para riscos processuais	578	1.519
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.561	4.619
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	30.000	30.000
Reservas de lucros	41.747	19.147
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.747	49.147
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	121.104	89.611

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Ativo Circulante

O ativo circulante, passou de R\$ 66,84 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 55,14 milhões em 31 de dezembro de 2018. As principais variações foram:

- a) aumento em 46% do caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 24,30 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 35,37 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou pequeno aumento, passando de R\$ 34,46 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 54,26 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- a) aumento de 34% no total imobilizado, passando de R\$ 30,32 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 40,63 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou em 28%, passando de R\$35,84 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 45,79 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- a) aumento de 34% em fornecedores, de R\$19,23 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 25,86 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante reduziu 23%, passando de R\$4,61 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3,56 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

- a) redução de 62% das provisões para riscos processuais, passando de R\$ 1,52 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$0,57 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido registrou um aumento de 46%, passando de R\$49,14 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 71,74 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência principalmente dos lucros realizados no período.

10.2 Opinião dos Nossos Diretores sobre:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;

Venda e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguiças, salsichas e patês, incluindo produtos processados congelados cozidos e pré-cozidos, operações no mercado doméstico brasileiro, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado, atuando nas redes varejistas, distribuidores, revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais.

b. Resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume, e introdução de novos produtos e serviços):

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macro-econômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macro-econômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral.

Efeito dos níveis de vendas de produtos industrializados nos mercados domésticos no resultado operacional:

A Companhia continua adquirindo todas as matérias primas e insumos no mercado, não possuindo matéria prima própria. Os preços na aquisição de matéria prima e de insumos são os praticados pelo mercado, com o que estamos sujeitos as oscilações dos mesmos. Sempre procuramos fazer todos os contingenciamentos possíveis para minimizar os efeitos adversos que a elevação dos preços da matéria prima pode ocasionar, entretanto, os efeitos desejados nem sempre são imediatos.

10.3 Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve eventos relevantes destas operações no período.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Eventos operacionais relevantes:

Não houve eventos relevantes destas operações no período.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração entende que não houveram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis com relação aos últimos três exercícios sociais da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores da Companhia com relação aos últimos três exercícios sociais da Companhia.

10.5 Opinião dos Nossos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

a) Estimativas contábeis

No processo das aplicações das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos, o que eventualmente pode ter impacto material nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

- perdas no valor recuperável de impostos a recuperar;
- provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas;
- vida útil do ativo imobilizado.

A Companhia revisa as estimativas e as premissas contábeis utilizadas trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a revisão.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados decorrentes de possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

c) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando, e somente quando:

- i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

- ii) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade do bem;
- iii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iv) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, sejam confiavelmente mensuradas.

As despesas são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos;

Não houve itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Todos os eventos relevantes foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras, ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não há nada não evidenciados no item 10.6

b. Natureza e o propósito da operação:

Não se aplica

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não se aplica

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos; (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Todos os principais elementos do plano de negócios, estão evidenciados no relatório da diretoria.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não existem plantas, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva.

- c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais já gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:**

Não se aplica.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desenvolvimento operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa sessão:

Não há outros fatores que possam influenciar no desenvolvimento operacional.

ANEXO II
DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Data-Base: 31.12.2016

(conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício de 2018

O lucro líquido do exercício em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 26.858.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor dos dividendos a ser distribuídos é de R\$ 4.258.339,76, correspondendo a R\$ 2.220.465,78 por ação ordinária e de R\$ 2.037.873,98 por ação preferencial, destacando conforme art.7 do estatuto social, as ações preferenciais recebem dividendos 10% superior ao das ações ordinárias.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor de R\$ 4.258.339,76 representa 25% do lucro líquido ajustado do período, conforme estipula o artigo 202 da Lei 6.404/76 e o artigo 8º do Estatuto Social.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há dividendos distribuídos com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos a ser distribuídos é de R\$ 4.258.339,76 correspondendo a R\$ 2.220.465,78 por ação ordinária e de R\$ 2.037.873,98 por ação preferencial, destacando conforme art.7 do estatuto social, as ações preferenciais recebem dividendos 10% superior ao das ações ordinárias.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento dos dividendos será efetuado em moeda corrente, [05] de [junho] de 2020. O crédito será feito em conta corrente do acionista. Não haverá juros sobre capital próprio a serem pagos.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em [7] de [abril] de 2020.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Resultado do Exercício	Lucro Líquido
2017	9.421
2018	10.051
2019	26.858

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Dividendos s/ capital próprio distribuído	Valor (em R\$ mil)	Valor por ação ordinária	Valor por ação preferencial
2017	2.237	0,40980	0,45078
2018	2.387	0,43717	0,48088
2019	4.258	0,77995	0,85795

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Será destinado para Reserva Legal o valor de R\$ 1.342.934,20.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme alínea “a”, do § 2º, do artigo 25 do Estatuto Social são destinados à Reserva Legal a importância correspondente a 5 % (cinco por cento) do lucro líquido, observando o disposto no art. 193 da Lei 6.404/76.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Artigo 8 – Anualmente, como dividendo obrigatório, será partilhada entre os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos termos dos artigos 189, 190, 191 e ajustado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos serão pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Artigo 25 -

....

Parágrafo segundo – O lucro líquido do exercício formado pelo resultado do exercício que remanescer, depois de deduzidas as importâncias de que trata o parágrafo anterior, terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, observando o disposto no artigo 193, da Lei nº 6.404/76.
- b) Quantia necessária para o pagamento do dividendo anual obrigatório as ações ordinárias e preferenciais, nos termos do artigo 8 deste estatuto;
- c) O saldo que eventualmente remanescer, será levado a crédito da conta Reserva Estatutária de Lucros, com a finalidade de reforçar o capital de giro da empresa e de subsidiar novos investimentos. O limite dessa reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, será regulado nos termos do artigo 199 da Lei 6.404/76.

Identificar o montante destinado à reserva.

O valor a ser constituído de reserva legal é de R\$ 1.342.934,20 e da reserva de subvenção é de R\$ 8.482.390,76.

b. Descrever como o montante foi calculado

(Valores expressos em reais)

Lucro Líquido contábil acumulado	R\$ 26.858.684,02
Reserva Legal	R\$ 1.342.934,20
Reserva de subvenção	R\$ 8.482.390,76
Base de cálculo dos Dividendos	R\$ 17.033.359,06
Dividendo Obrigatório 25%	R\$ 4.258.339,76
Saldo do lucro líquido p/ demais reservas	R\$ 12.775.019,30
Base de cálculo p/ Reserva Estatutária	R\$ 12.775.019,30
Reserva Estatutária	R\$ 12.775.019,30

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

A proposta da companhia não prevê a retenção de lucros.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

A proposta da companhia não prevê a constituição de reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

(conforme itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:	
a. Nome	Joanita Maria Maestri Karoleski
b. Data de Nascimento	24/06/1960
c. Profissão	Tecnóloga em Processamento de Dados
d. CPF ou número do passaporte	376.134.309-44
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não ocupará outro cargo dentro da Companhia
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	4
m. Informações sobre:	-
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	-
• Nome e setor de atividade da empresa	Grupo Seara
• Cargo	Ingressou no Grupo JBS em 2013 na área de Supply Chain, posteriormente migrou para área Comercial. Era Presidente da divisão Seara até janeiro de 2020 e atualmente é [Diretora Executiva] da Seara.
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim.

(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não ocupa cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal
(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM
(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.	Não há condenação em quaisquer esferas de jurisdição.
a. Nome	Ivo José Dreher
b. Data de Nascimento	23/09/1960
c. Profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	418.821.309-44
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (Efetivo) e Diretor Administrativo e Financeiro
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Ocupa cumulativamente o cargo de membro do Conselho de Administração e de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia.
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	2
m. Informações sobre:	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Pós Graduação em Gestão de Negócios, pela FGV / FURB Blumenau - SC, teve formação complementar em Programas de Desenvolvimento de Executivos e Finanças Estratégicas na Suíça e Saint Louis. Possui inglês fluente. Atuou na

	<p>Bunge Alimentos como Controller e Diretor de Administração e Finanças entre 1999 à Novembro de 2009. Na Seara Alimentos (Marfrig) atuou como Diretor de Administração e Finanças e Diretor e Operações entre Dezembro de 2009 à Setembro de 2013. Entre Outubro de 2013 a Setembro de 2014 atuou como Diretor de Administração e Controle da JBS FOODS. A partir de Outubro de 2014, até à Outubro de 2016, atuou como consultor independente e sócio de Matos Consultores Associados, consultoria focada em reestruturação empresarial, gestão interina, operações estruturadas de <i>funding</i>, reestruturação de dívida e M&A. A partir de Novembro de 2016, atua como Diretor de Administração e Controle da Seara Alimentos.</p>
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedade ou organizações do terceiro setor	Não ocupa cargo de administração em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal
(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM.

(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação em quaisquer esferas de jurisdição.
a. Nome	Gilberto Tomazoni
b. Data de Nascimento	28/08/1958
c. Profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	341.840.159-72
e. Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não ocupará outro cargo dentro da Companhia.
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	7 mandatos consecutivos
m. Informações sobre:	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• Nome e setor de atividade da empresa	Grupo JBS
• Cargo	Diretor Presidente da JBS S.A.
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, a empresa integra o grupo econômico do emissor.
(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedade ou organizações do terceiro setor	Diretor Presidente da JBS S.A.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal
(ii) Qualquer condenação em processo	Não há condenação em processo

administrativo da CVM e as penas aplicadas	administrativo da CVM
(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação em quaisquer esferas de jurisdição.
a. Nome	Demetrius Nichele Macei
b. Data de Nascimento	26/12/1970
c. Profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	787.870.509-78
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal efetivo
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não ocupará outro cargo dentro da Companhia
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	7 mandatos consecutivos
m. Informações sobre:	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• Nome e setor de atividade da empresa	Companhias abertas do ramo de alimentos e universidade
• Cargo	Professor na Faculdade de Direito de Curitiba, PhD em legislação tributária pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi membro de Conselho Fiscal de várias companhias abertas, incluindo JBS S.A., Vigor Alimentos S.A. e Excelsior Alimentos S.A..
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras	Membro do Conselho Fiscal da JBS S.A.

sociedade ou organizações do terceiro setor	
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal
(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM
(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação em quaisquer esferas de jurisdição.
a. Nome	Marcos Godoy Brogiato
b. Data de Nascimento	09/09/1958
c. Profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	949.583.438-49
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não ocupará outro cargo dentro da Companhia
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	7 mandatos consecutivos
m. Informações sobre:	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• Nome e setor de atividade da empresa	Grupo Bordon
• Cargo	Não ocupa cargo de Diretoria
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
(ii) Indicação de todos os cargos de	Não ocupa cargos de administração em

administração que ocupe em outras sociedade ou organizações do terceiro setor	outras sociedades ou organizações do terceiro setor
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal
(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM
(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação em quaisquer esferas de jurisdição.
a. Nome	Adrian Lima da Hora
b. Data de Nascimento	02/02/1964
c. Profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	372.365.394-49
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal efetivo
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	2 anos
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não ocupará outro cargo dentro da Companhia
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não
l. Número de mandatos consecutivos	3
m. Informações sobre:	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell e na Provar - USP. Forte vivência na indústria de proteína animal, com background relevante no varejo e em auditoria externa (Ernst & Young). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes Companhias e tem atuado como membro do Conselho de Administração da Inalca

	JBS, entre outras empresas na Itália e em Mônaco. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. Fluente em inglês, italiano e espanhol.
• Nome e setor de atividade da empresa	
• Cargo	Membro do Conselho Fiscal da JBS S.A.
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedade ou organizações do terceiro setor	Membro do Conselho Fiscal da JBS S.A.
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal
(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM
(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há condenação em quaisquer esferas de jurisdição.
a. Nome	Eduardo Santos Silva
b. Data de Nascimento	30/10/1978
c. Profissão	Administrador de empresas
d. CPF ou número do passaporte	023.252.149-23
e. Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)
f. Data de eleição	28/03/19
g. Data da posse	28/03/19
h. Prazo do mandato	1 ano
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não ocupará outro cargo dentro da Companhia
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Sim

k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não	
l. Número de mandatos consecutivos	1	
m. Informações sobre:	-	
(i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Formado em Administração de Empresas pela UNIVALI/SC, com Especialização em Finanças e Contabilidade pela FAE/PR. Experiência de mais 20 anos em Finanças e Agronegócio, em áreas como Tesouraria, Controladoria, Planejamento Financeiro, Gestão de Riscos e Centro de Serviços Compartilhados. Consolidou a carreira em grupos como Ceval, Bunge, Cargill, Marfrig e JBS.	
• Nome e setor de atividade da empresa	Seara Alimentos Ltda.	
• Cargo	Gerente Executivo Planejamento Financeiro	
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim	
(ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedade ou organizações do terceiro setor	N/A	
n. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
(i) Qualquer condenação criminal	Não há condenação criminal	
(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há condenação em processo administrativo da CVM	
12.6. Em relação à cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração ou Conselho Fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.		
Nome	Órgão	Percentual de Participação

Joanita Maria Maestri Karoleski	Conselho de Administração	100%
Gilberto Tomazoni	Conselho de Administração	100%
Demetrius Nichele Macei	Conselho Fiscal Efetivo	100%
Marcos Godoy Brogiato	Conselho Fiscal Suplente	0
Adrian Lima Da Hora	Conselho Fiscal Efetivo	100%
Eduardo Santos Silva	Conselho Fiscal Suplente	0
12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:		
a. Nome	Não há comitê estatutário	
b. Data de Nascimento	Não se aplica	
c. Profissão	Não se aplica	
d. CPF ou número do passaporte	Não se aplica	
e. Cargo eletivo ocupado	Não se aplica	
f. Data de eleição	Não se aplica	
g. Data da posse	Não se aplica	
h. Prazo do mandato	Não se aplica	
i. Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não se aplica	
j. Se foi eleito pelo controlador ou não	Não se aplica	
k. Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Não se aplica	
l. Número de mandatos consecutivos	Não se aplica	
m. Informações sobre:	Não se aplica	
(iii) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Não se aplica	
• Nome e setor de atividade da empresa	Não se aplica	
• Cargo	Não se aplica	
• Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não se aplica	
(iv) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedade ou organizações do terceiro setor	Não se aplica	
n. Descrição de qualquer dos seguintes	Não se aplica	

eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:		
(iv) Qualquer condenação criminal	Não se aplica	
(v) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não se aplica	
(vi) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não se aplica	
12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:		
Nome	Percentual de Participação	Período
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:		
a. Administradores do emissor	Não há relação conjugal, união estável ou parentesco.	
b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há relação conjugal, união estável ou parentesco.	
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há relação conjugal, união estável ou parentesco.	
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há relação conjugal, união estável ou parentesco.	
12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:		
a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou	Não há relação de subordinação, prestação de serviços ou controle.	

indiretamente, a totalidade do capital social.	
b. Controlador direto ou indireto do emissor	Os membros do Conselho de Administração Sr. Gilberto Tomazoni e o Sr. Ivo José Dreher trabalham ou prestam serviço para sociedades do controle direto e/ou indireto da Companhia. A Sra. Joanita Maria Maestri Karoleski trabalhava para sociedades do controle direto e indireto da Companhia até janeiro de 2020.
c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.	Não há relação de subordinação, prestação de serviços ou controle.

ANEXO IV À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
(conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009)

13. Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 alcançou o montante de R\$250 mil.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visam a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia não recebem pelo desempenho de suas funções. Os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções.

A remuneração da diretoria estatutária tem parcela fixa e variável (bônus).

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho Fiscal, haja vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um valor fixo mensal.

A proporção da remuneração variável da Diretoria Executiva efetivada em 2019 em relação à remuneração total foi de 71% de remuneração variável e 29% remuneração fixa.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa mensal da diretoria estatutária é reajustada, em todos os exercícios sociais, de acordo com os percentuais dos acordos coletivos, sendo que os salários dos conselheiros fiscais foram ajustados de forma a atender ao disposto no Artigo 162, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º no qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

O plano de saúde da diretoria concedido pela Companhia não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração e um Diretor não são remunerados, pois já são remunerados em seus outros cargos no grupo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o alcance de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual.

A remuneração variável dos diretores da Companhia leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia, bem como um processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º onde se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração da diretoria estatutária é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável, sendo esta última leva em consideração o lucro líquido apurado pela Companhia e uma avaliação individual, modelo 360º, na qual se verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrito está alinhado aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia. Conforme descrito no item 13.1 b) alínea “i” acima, a política de remuneração, com componente fixo e componente variável, visa ao incentivo na melhoria da gestão da Companhia e a permanência dos seus executivos, proporcionando ganhos ao estimular o comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A totalidade da remuneração paga aos Administradores é realizada de forma direta pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração define a remuneração individual da administração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho utiliza os percentuais dos acordos coletivos como parâmetro, bem como indicadores de desempenho da Companhia e individuais para a fixação da remuneração individual.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a política de remuneração.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração

2020 (previsão)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	3	3	9
Número de membros remunerados	0	0	3	3
Remuneração Fixa Anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	206.000,00	206.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	N/A	0,00	41.200,00	41.200,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.-	-
Remuneração Total (em R\$)	0,00	0,00	247.200,00	247.200,00

2019 (Realizado)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	2,75	3	8,75
Número de membros remunerados	0	0	3	3
Remuneração Fixa Anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	208.063,45	208.063,45
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	N/A	0,00	41.612,69	41.612,69
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em	0,00	0,00	0,00	0,00

reuniões				
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.-	-
Remuneração Total (em R\$)	0,00	0,00	249.676,14	249.676,14

2018 (Realizada)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3	2	3	8
Número de membros remunerados	0	1	3	4
Remuneração Fixa Anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	0,00	209.572,00	191.444,00	401.016,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	29.235,00	38.288,00	67.523,00

Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0,00	510.551,00	0,00	510.551,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.-	-
Remuneração Total (em R\$)	0,00	749.358,00	229.732,00	979.090,00

2017 (Realizada)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	3,75	2	3	8,75
Número de membros remunerados	0	1	3	4

Remuneração Fixa Anual (em R\$)				
Salário ou pró-labore	0,00	515.602,00	114.017,00	629.619,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em Comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	89.133,00	22.803,00	111.936,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração Variável (em R\$)				
Bônus	0,00	214.004,00	0,00	214.004,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.-	-
Remuneração Total (em R\$)	0,00	818.739,00	136.820,00	955.559,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. em relação ao bônus: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; d. em relação à participação no resultado: (i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; (ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; (iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e (iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:

Não há

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais:

Não há

b. Principais objetivos do plano:

Não há

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Não há

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Não aplicável

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Não aplicável

f. Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável

g. Número máximo de opções.

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações:

Não aplicável

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Não aplicável

k. Forma de liquidação:

Não aplicável

l. Restrições à transferência das ações:

Não aplicável

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Não aplicável

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Não aplicável

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: i. data de outorga; ii. quantidade de opções outorgadas; iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis; iv. prazo máximo para exercício das opções; v. prazo de restrição à transferência das ações; vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos grupos de opções; e. valor justo das opções na data de cada outorga; f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas.

Não aplicável

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções não exercíveis: (i) quantidade; (ii) data que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) prazo médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; (d) em relação às opções exercíveis: (I) quantidade; (II) prazo máximo para exercício das opções; (III)

prazo de restrição à transferência das ações; (IV) preço médio ponderado de exercício; (V) valor justo das opções no último dia do exercício social; (VI) valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais: (a) órgão; (b) número de membros; (c) em relação as opções exercidas: (i) número de ações; (ii) preço médio ponderado de exercício; e (iii) valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; (d) em relação às ações entregues informar: (I) número de ações; (II) preço médio ponderado de aquisição; e (III) valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas:

Não aplicável

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. Modelo de precificação:

Não aplicável

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Não aplicável

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não aplicável

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Não aplicável

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não aplicável

13.9. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas

ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

A tabela abaixo demonstra a quantidade de ações de emissão da Companhia detidas pelos administradores da Companhia:

Órgão	Ações	
	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	0	0%

Conforme o disposto na seção 15 abaixo, a Companhia é diretamente controlada pela Seara Alimentos Ltda. (“Seara”). A tabela abaixo demonstra a quantidade de quotas de emissão da Seara detidas pelos administradores da Companhia:

Órgão	Ações	
	Ações Ordinárias	Capital Total (%)
Conselho de Administração	0	0%
Diretoria	0	0%
Conselho Fiscal	0	0%
Total	0	0%

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, incluir as seguintes informações: (a) órgão; (b) número de membros; (c) nome do plano; (d) quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar; (e) condições para se aposentar antecipadamente; (f) valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; (g) valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores; e (h) se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

Não há.

13.11. Indicação dos itens da tabela abaixo, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Valores anuais (em reais)	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017

Nº de membros	1	1	1	3	3	3,75	3	3	3
Valor maior de remuneração	-	209.572,00	515.602,00	-	-	-	69.345,48	63.815,00	38.006,00
Valor menor de remuneração	-	209.572,00	515.602,00	-	-	-	69.345,48	63.815,00	38.006,00
Valor médio de remuneração	-	209.572,00	515.602,00	-	-	-	69.345,48	63.815,00	38.006,00

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não há.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não há.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.